



Chamada Pública nº 01/2018

Processo Administrativo nº 7187/2017

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Floriano Peixoto 158, Centro, Cabreúva – SP – CEP 13315-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.634.432/0001-55, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Henrique Martin, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009 e resoluções FNDE/ CD n.º 38/2009, nº 25/2012 e nº 26/2013, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de janeiro a dezembro de 2018. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia **07 de Agosto de 2018**, às **10h30 horas**, sito à Rua Floriano Peixoto, 158, Centro, Cabreúva – SP.

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 32 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Serão adotados os Preços de Referência o preço médio pesquisado, em âmbito local, regional, territorial, estadual e nacional, nessa ordem dos produtos da Agricultura e do Empreendedor Familiar Rural conforme § 1º do Art. 29 da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 para o exercício vigente do contrato.

OBJETO:

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios a seguir:.

Item	Descrição	Unid	Qtde.
1.	Suco de Laranja Integral Pasteurizado: sem adição de água, conservantes ou açúcar, obtido a partir do beneficiamento de laranjas sadias, classificadas e selecionadas. Embalagem asséptica Tetra-Pak com 200ml. Validade de 180 dias.	Unidade com 200ml	53.659



Prefeitura de

CABREÚVA

Prefeitura de Cabreúva
Secretaria de Administração

Rua Floriano Peixoto, nº 158, Centro
Cabreúva/SP - CEP: 13315-000
Tel.: 11-4528 8300
cabreuva@cabreuva.sp.gov.br
www.cabreuva.sp.gov.br

2.	<p>Queijo Mussarela: Obtido pela filagem de massa acidificada (produto intermediário obtido por coagulação do leite de vaca por meio de coalho e/ ou enzimas coagulantes) complementada ou não pela ação das bactérias lácteas, utilizando os seguintes ingredientes: leite pasteurizado, sal, Cloreto de Ca, fermento láctico, coalho e/ou outros ingredientes permitidos por lei. Apresentado em formato retangular, coloração branca ou levemente amarelada.</p> <p>Acondicionamento: o queijo mussarela deverá ser embalado em saco termoencolhível ou filme termoformável impresso, em caixas de papelão com peso mínimo de 16Kg, contendo 4 peças por caixa. Prazo de validade de no mínimo de 120 dias.</p>	Peças com 4Kg cada	330
-----------	---	-----------------------	-----

Estimativo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	VL. Unit.	Total
1	Suco de Laranja	200 ml	53.659	2,47	132.537,73
2	Queijo Mussarela	4Kg	330	89,72	29.607,60
Valor Total					162.145,33

OBSERVAÇÃO: DEFEITOS QUE NÃO SERÃO TOLERADOS.

Suco de Laranja:

Embalagens amassadas, violadas.
Apresentadas fora da validade.

Queijo Mussarela:

Apresentação não conforme com o descritivo.

1 - Das condições de participação

1.1. Poderá participar deste certame qualquer pessoa física ou jurídica, detentora de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que atenda às exigências constantes deste edital.

1.2. Não será permitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas:

1.2.1. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta administração, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;

1.2.2. Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei Federal nº 9.605/98;

1.2.3. Impedidas de licitar e contratar com esta administração nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02;

1.2.4. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

1.2.5. Servidores públicos da Prefeitura Municipal de Cabreúva, ou de suas autarquias;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA - SP

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 158, Centro, Cabreúva – SP – CEP: 13315-000
CNPJ nº: 46.634.432/0001-55 – Telefone: 11- 45288300 – Site: www.cabreuva.sp.gov.br



2 - Recursos Orçamentários

09.05.01-12.361.2006.2076-3.3.90.30.00-Material de Consumo
09.05.02-12.365.2006.2049-3.3.90.30.00-Material de Consumo
09.05.04-12.366.2006.2048-3.3.90.30.00-Material de Consumo

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. O envelope contendo a documentação para habilitação e o projeto de venda deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitações, devidamente lacrado, no local, data, dia e horário estabelecidos no preâmbulo, devendo conter os seguintes os seguintes:

3.1.1. Dos FORNECEDORES INDIVIDUAIS, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF);
- b) extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;
- c) o projeto de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com assinatura do agricultor participante;
- d) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.1.2. Dos GRUPOS INFORMAIS de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF);
- b) extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 30 dias;
- c) o projeto de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

3.1.3. Dos GRUPOS FORMAIS, detentores de DAP Jurídica:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 30 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;



e) o projeto de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar;

f) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda;

3.2. Os documentos relacionados no item 3.1 deverão, conforme o caso, ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, salvo os documentos obtidos por meio eletrônico.

3.2.1. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, pelo membro da Comissão responsável pela abertura do procedimento.

3.2.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

4. DO PROJETO DE VENDA

4.1. O projeto de venda deverá ser apresentado em conformidade com o modelo constante do **anexo II**, devendo ser datilografado, digitado, impresso ou preenchido a mão, de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas.

4.1.1. O preço de venda dos produtos são os constantes do Termo de Referência que integra este edital como **anexo I**.

4.2. Os proponentes devem informar as quantidades dos produtos que poderão fornecer à Administração, prestando informações acerca da sazonalidade desta disponibilidade e outras situações que reputarem pertinentes ao respectivo projeto de venda.

4.3. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação dos Projetos de Venda, como justificativas para quaisquer acréscimos e/ou solicitações de reembolsos ou indenizações de qualquer natureza.

4.4. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** por DAP/ano.

5 - Do Julgamento e Classificação

5.1. A sessão de abertura do envelope nº 01 dar-se-á na data, horário e local indicados no preâmbulo, em ato público, na presença dos interessados.

5.1.1. Realizada a abertura dos envelopes, os documentos e o Projeto de Venda serão conferidos e rubricados pela Comissão de Licitações e pelos representantes presentes.

5.1.2. Será **inabilitada** a proponente que não atender aos itens **3 (três)** e **4 (quatro)** deste edital.

5.1.3. Na ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos relacionados no item **3 (três)**, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para regularização da documentação, contados da data da sessão pública de abertura dos envelopes.



5.2. Ocorrendo a suspensão da reunião para análise da habilitação e do projeto de venda, e a mesma não puder ser realizada no mesmo dia, será designada nova data, sendo todos os presentes convocados.

5.3. Como critério de priorização e classificação das propostas, deverá ser observada a seguinte ordem para desempate:

5.3.1. Fornecedores municipais;

5.3.2. Assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;

5.3.3. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, conforme o disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

5.3.4. Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais; e

5.3.5. Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

5.3.6. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

5.4. Da sessão pública de abertura e análise da documentação de habilitação e do projeto de venda, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos proponentes presentes e pelos membros da comissão.

6. DO CONTRATO

6.1. As proponentes selecionadas serão convocadas para, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, assinarem o contrato.

6.1.1. O prazo de convocação *poderá* ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

6.2. É facultado à Administração, quando o convocado não aceitar o objeto ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de prioridade, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

6.3. Decorridos **60 (sessenta) dias** da data de entrega dos projetos de venda, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.4. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade (prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS) que estiverem com os prazos de validade *vencidos*, será verificada a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando



nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

6.4.1. Não sendo possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a proponente será notificada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem anterior, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

7 - Dos Recursos, da Homologação e da Convocação.

7.1 - Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações, decorrentes da presente CHAMADA PÚBLICA, caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e contra-razões no mesmo prazo, conforme o artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

7.2 - Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido o prazo para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interposto, o mesmo será encaminhado ao Prefeito Municipal para o competente despacho.

7.3 - A contar da data de deliberação do resultado, o proponente deverá comparecer à Prefeitura de Cabreúva/SP, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para assinar o contrato, sob pena de decadência desse direito.

7.4 - O contrato terá vigência de 10 (dez) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993, e suas alterações posteriores.

8- Responsabilidades dos Fornecedores

8.1 - Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto, e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se em caso de declaração falsa, às penalidades de legislação civil e penal aplicáveis.

8.2 - O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e nas especificações técnicas.

8.3 - O fornecedor se compromete a fornecer a quantidade total dos gêneros alimentícios contratados e segundo um cronograma de entrega disponibilizado pela administração.

8.3.1 - O cronograma de fornecimento poderá ser alterado pela Contratante, desde que haja aviso prévio de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis.

9- Das Condições de Fornecimento

9.1 O suco de laranja em caixa não poderá ter a data de validade expirada. A caixa deverá estar em boas condições de uso, não violada e não amassada.

9.2 O queijo mussarela deverá estar de acordo com o descritivo na tabela contida do índice "OBJETO".



Prefeitura de

CABREÚVA

Prefeitura de Cabreúva
Secretaria de Administração

Rua Floriano Peixoto, nº 158, Centro
Cabreúva/SP - CEP: 13315-000
Tel.: 11-4528 8300
cabreuva@cabreuva.sp.gov.br
www.cabreuva.sp.gov.br

10- Do local e prazo para entrega

10.1 - O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento do Pedido de Compra, expedido pelo Setor de Compras. O prazo do fornecimento é de 10 (dez) meses.

10.2 - A entrega deverá ser feita semanalmente, ponto a ponto, diretamente nas unidades escolares, todas as terças-feiras, das 7h às 17h, de acordo com a necessidade e solicitação da Administração, obrigando-se o contratado a substituir, às suas expensas os produtos que por qualquer irregularidade sejam recusados.

10.3 - O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos produtos no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura do Município Cabreúva o direito de não proceder ao recebimento caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias e de acordo com as especificações do edital.

10.4 - Os fornecedores estarão sendo constantemente avaliados quanto à qualidade dos produtos entregues. Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura o fornecedor deverá substituí-los em 24 (vinte e quatro) horas, as suas expensas.

10.5 - Correrão por conta do fornecedor todas as despesas de embalagem, seguros, transportes, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da aquisição dos produtos.

11. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇO

11.1. Os preços unitários são fixos e irrevogáveis.

11.2. O equilíbrio econômico-financeiro será mantido nos termos da Lei Federal nº 8666/93.

12- Do Pagamento

12.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, juntamente com os Termos de Recebimento, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

12.2 - A documentação fiscal para fins de pagamento deverá conter o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ indicado no Contrato.

13- Das Sanções Administrativas

13.1 - Ao proponente que se recusar, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação pela Contratante, assinar o CONTRATO DE AQUISIÇÃO, ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo e fazer declaração falsa, conforme o caso poderá a Contratante aplicar as seguintes sanções, garantida a defesa prévia:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA - SP

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 158, Centro, Cabreúva – SP – CEP: 13315-000
CNPJ nº: 46.634.432/0001-55 – Telefone: 11- 45288300 – Site: www.cabreuva.sp.gov.br



-
- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor contratado, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do contrato;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Impedimento de licitar ou de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Chamada Pública poderá ser obtida no Departamento de Licitações e Compras no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.cabreuva.sp.gov.br

Para definição dos preços de referência deverá ser observado o artigo 23 da Resolução nº 38 do FNDE;

Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), Art. 23 § 6º, da Resolução nº 38 do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500755>

Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade as propostas dos grupos locais e as dos Grupos Formais, Art. 23, § 3º e § 4º, da Resolução nº 38 do FNDE;

Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil;

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o Anexo I, da Resolução nº 38 do FNDE;

Quaisquer pedidos de esclarecimentos sobre dúvidas, eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas na presente Chamada poderão ser solicitadas através do e-mail: licitacao@cabreuva.sp.gov.br ou através do telefone nº: (11) 45288304.



Prefeitura de



Prefeitura de Cabreúva
Secretaria de Administração

Rua Floriano Peixoto, nº 158, Centro
Cabreúva/SP - CEP: 13315-000
Tel.: 11-4528 8300
cabreuva@cabreuva.sp.gov.br
www.cabreuva.sp.gov.br

Faz parte integrante do presente edital:

ANEXO I - Minuta de Contrato;

ANEXO II - Projeto de Venda conforme Anexo V da Resolução nº 38/2009 do FNDE de 16/07/2009,

ANEXO III - Relação de escolas com endereços de entrega.

Cabreúva, aos 17 dias do mês de Julho de 2018.

Henrique Martin
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA - SP

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 158, Centro, Cabreúva – SP – CEP: 13315-000
CNPJ nº: 46.634.432/0001-55 – Telefone: 11- 45288300 – Site: www.cabreuva.sp.gov.br



ANEXO I

(MINUTA)

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
CONTRATO N.º xx/2018
PROCESSO 7187/2017

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Prefeitura do Município Cabreúva, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Floriano Peixoto, n.º 158, inscrita no CNPJ sob n.º 46.364.432/0001-55, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr Henrique Martin, doravante denominado CONTRATANTE e por outro lado _____ (nome do grupo formal ou informal), com sede à _____, n.º _____, em _____ (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMADA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1 O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Resolução/CD/FNDE/n.º 25).

CLÁUSULA QUARTA:

4.1 OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.



CLÁUSULA QUINTA:

5.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento do Pedido de Compra, expedida pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem anexa a seguir:

ITEM PRODUTO UN QTD

Valor
Unitário
Valor
Total

CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1 No valor mencionado na Cláusula Sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

8.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta Chamada Pública correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

09.05.01-12.361.2006.2076-3.3.90.30.00
09.05.02-12.365.2006.2049-3.3.90.30.00
09.05.04-12.366.2006.2048-3.3.90.30.00

CLAÚSULA NONA:

9.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quinta e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas.

9.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1 O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.



CLÁUSULA ONZE:

11.1 Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do Art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

12.1 O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

13.1 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

14.1 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

15.1 O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

15.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

16.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

17.1 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.



CLÁUSULA DEZOITO:

18.1 O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 01/2018, inclusive no que se refere a prazos e condições de entrega, recebimento e pagamento, pelas Resoluções CD/FNDE nº 38/2009, nº 25/2012 e pela Lei nº 11.947/2009 e da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

19.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardado as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

20.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

21.1 Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) Por acordo entre as partes;
- b) Pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) Quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

22.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

22.2 Havendo prorrogação do contrato, será formalizado termo de aditamento de acordo formal entre as partes, resguardado as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

23.1 É competente o Foro da Comarca de Cabreúva para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.



Cabreúva, ____ de _____ de 2018.

Rozeli Faber
Secretária de Educação

Henrique Martin
Prefeito Municipal

Contratado
(Agricultores Familiares no caso de grupo informal)
Testemunhas:

1. _____
RG:

2. _____
RG:



ANEXO II

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº 01/2018

I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

A – Grupo Formal

1. Nome do Proponente		2. CNPJ	
3. Endereço	4. Município		5. CEP
6. Nome do representante legal	7. CPF	8. (DDD) Telefone	
9. Banco	10. Nº da Agência	11. Nº da Conta Corrente	

B – Grupo Informal

1. Nome do Proponente				
2. Endereço		3. Município		4. CEP
5. Nome da Entidade Articuladora		6. CPF		7. (DDD) Telefone

C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)

1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Nº da Agência	5. Nº da Conta Corrente



II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade	2. CNPJ	3. Município
4. Endereço	5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail	7. CPF	

III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

	1. Identificação do agricultor familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total
	Nome					
	CPF					
	Nº DAP					Total agricultor
	Nome					
	CPF					
	Nº DAP					Total agricultor
	Nome					
	CPF					
	Nº DAP					Total agricultor
Total do projeto						



IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor total do Produto
			Total do projeto:	

V – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS

VI – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e data:		Fone/ E-mail:
	Assinatura do Representante do Grupo Formal	CPF:
Local e data:	Agricultores Fornecedores do Grupo Informal	Assinatura



ANEXO III

Relação de Escolas para Entrega Ponto a Ponto

Secretaria Municipal de Educação

Escolas do Ensino Fundamental

Unidade	Diretor
Emeb – Irva Ávila Pavani Estrada dos Romeiros, s/nº Bº Bananal 4528-4715 Tel.	Viviani Zicatti Martins E-mail: emefeirva@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Thereza Spina Zacchi Rod.Prefeito João Zacchi, s/nº Bairro Cai. Tel.4529-3327	Renata Caetana da Silva E-mail: emefeithereza@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Zaira Spina Federzoni Rua Colômbia, s/nº Bº Novo Bomfim. 4529-3819 Tel.	Terezinha Aparecida Spina E-mail: emefeizaira@ig.com.br
Emeb – Ver. Oscar Barbosa Neto Rua Davi Marcassa Lopes nº 98 Bº Pinhal. Tel.4529-3763	Elisandra Paes Almeida E-mail: emefeioscar@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Mário Faccioli Av.Major Antonio da Silveira Camargo Centro. Tel.4528-1399	Renata Eloísa Fileni E-mail: emefeimariofaccioli@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Anízio da Silveira Rua Coral, 350 – Jard.Colina Bº Jacaré 4409-2295 Tel. 4409-2225 e	Maria Ap. Marques Barros Renna E-mail: emefeianizio@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Miguel Elpidio da Costa Av. Cláudio Giannini s/nº Bº Cururu 3334 Tel. 4529-	Marta Bicalho Cano E-mail: emefeimiguel@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Profª Maria Nilza Bicalho Rua Aroeira s/nº Vale Verde Bº Barrinha 4905 Tel. 4528-	Nívia Mesquita Godói E-mail: emefeimarianilza@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Mtrº Benedito Mesquita da Silveira – Bº Jacaré Av. Ver. José Donatto, 1451 4529-7616 Tel.	Rita de Cássia Dornelles E-mail: emefeimaestro@cabreuva.sp.gov.br



Emeb – Profª Jaira Batista Santana da Silva – Bº Vilarejo Rua Mons.André Mortari,574 Tel. 4529-4232	Célia Regina Aiala de Oliveira CPF: 104.099.978-62 e RG: 17.459.741-1 E-mail: emefjaira@cabreuva.sp.gov.br
Emei – Evilázio Xisto Berion Rua Mons. André Mortari, 575 Bº Vilarejo Tel. 4529-3335	Carolina Pedroso de Oliveira E -mail: emeievilazio@cabreuva.sp.gov.br
Emei – Profª. Selma Maria Mesquita Godoi Martinho Rua Est. Unidos, 75 – Bº Jacaré Tel. 4529-3475	Márcia Ap. Olgado Togni dos Santos E-mail: emeiselma@hotmail.com

Secretaria Municipal de Educação

Creches da Rede Municipal de Ensino

Unidades	Diretor
Emeb – Menino Cláudio Giannini Rua Espírito Santo nº 27 Bº Jacaré Tel. 4529-3329	Maria Cristina Corazza Marcolino E-mail:meninoclaudiogiannini@yahoo.com.br
Emeb – Profª Lucy Franco Montoro Rua Mons. André Mortari, 601 Bº Vilarejo Tel. 4409-3031	Regina de Souza Fortunato E-mail: crechelucy@hotmail.com
Emeb – Eliza Zacharias Vecchio Rua Coral,132 – Jard.Colina da Serra Bº Jacaré Tel. 44091640	Juliana Ap. da Purificação de Souza E-mail: emebeliza@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Mª Tereza Ronconi Lopes Rua Beija Flor, 38 Bº Pinhal Tel. 4529-4755	Daniela Furquim do Nascimento E-mail: crechetereza@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Nossa Senhora D’ Aparecida Av. Marciano Xavier de Oliveira,464, Centro Tel. 4528-5009	Mazelei Ap. de Souza Tarallo Domingues E-mail:creche nossasenhora@cabreuva.sp.gov.br
Olga Clini Malvezzi Av.Paschoal Santi, 1547 Bº Novo Bonfim Tel. 4529-3479	Cátia Aparecida Guimarães da Silva E-mail: olgaclinimalvezzi@gmail.com



Ver. Durval Xavier de Souza Rua Imbuia, 46 Vale Verde Bº Barrinha 1289 Tel. 4528-	Cláudia Rosana Zicatti Camargo E-mail: emebdurval@cabreuva.sp.gov.br
Emeb – Men. Lavínia Mendes Gomes Rua Mons. André Mortari,301 Bº Vilarejo 7931 Tel. 4529-	Maria José Beni Giacomini E-mail: emeblavinia@cabreuva.sp.gov.br

Secretaria Municipal de Educação

Escolas Estaduais

Unidade	Diretores
EE – Ana Mesquita Laurini Rua Renato Nideraurer Zanchi s/nº Bairro Bonfim 3122 Tel. 4529-	Ana Lúcia Benedetti E-mail: E036171A@SEE.SP.GOV.
EE – Lucidio Motta Navarro Av.Marciano Xavier de Oliveira,127 centro 4528-4228 Tel.	Edilaine Cristina Garcia Rodrigues E-mail: E015805@SEE.SP.GOV.
EE – Capitão Vitorio Togni Rua Vitória s/nº Bº Jacaré 7455 Tel. 4529-	Valter da Silva Siqueira E-mail:E015799A@SEE.SP.GOV.
EE – Preftº Antonio Odilon Francischini Rua Mons. André Mortari, 361 Bº Vilarejo 4333 Tel. 4529-	Valdir de Oliveira E-mail:E070233A@SEE.SP.GOV.
EE – Monsenhor Heládio Correa Laurini Rua das Palmeiras, 940 Bº Pinhal 4529-7330 Tel.	Sandra Regina Guerreiro Siqueira E-mail:E039743A@SEE.SP.GOV.
EE – Eugênia Ferrarezi Nunes Rua Esmeralda s/nº Jard. Colina Bº Jacaré 4529-5760 Tel.	Neli Baceto Sai E-mail:E924659A@SEE.SP.GOV.